



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG
Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG
Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br



ASSESSORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO Nº: 81/2019

REFERÊNCIA: Projeto de resolução nº 18/2019 – dispõe sobre o subsídio de Vereadores da Câmara Municipal

SOLICITANTE: Presidência da Câmara Municipal

1 – RELATÓRIO

O projeto de resolução ora analisado tem por escopo definir o subsídio dos Vereadores da Câmara Municipal para a legislatura 2021/2024.

A exposição de motivos do projeto, de iniciativa da maioria dos(as) Vereadores(as) que compõem a Mesa Diretora, Joice Quirino, Marcelão e Cessão Queiroz, justifica que a propositura visa dar cumprimento ao disposto na legislação de regência, abaixo extraída da referida cartula:

“... Lei Orgânica Municipal, no art. 67, o Regimento Interno da Câmara Municipal, no art. 213, bem como o previsto na Constituição do Estado de Minas Gerais, em seu art. 179 e na Constituição Federal, por sua vez, art. 29, inciso VI”.

Importante registrar que a proposta revoga a vigente resolução que tratava do assunto, qual seja, a de nº 682/2012 (cópia anexa).

É o essencial a relatar.

2 – FUNDAMENTAÇÃO

2.1 DA COMPETÊNCIA E INICIATIVA

Extraí-se da Lei Orgânica a competência para a pretendida alteração dos subsídios dos Edis, senão vejamos o disposto no art. 69, inciso VII, da Lei Orgânica Municipal:

Art. 69. Compete privativamente à Câmara Municipal:

(...)

[Assinatura]



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG
Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br



VII - fixar a remuneração do Vereador, do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Secretário ou Chefe de Departamento Municipal;

(...)

Destaque nosso.

Complementando a competência advinda da *soberana lei municipal* vem o Regimento Interno da Câmara determinar que a iniciativa deste projeto cabe à Mesa Diretora, conforme apregoa o parágrafo único do art. 213, *caput*, *in verbis*:

Art. 213. A Mesa da Câmara elaborará, antes do pleito eleitoral, projeto de lei destinado a fixar o subsídio dos Vereadores para vigorar na Legislatura seguinte.

(...)

Destaque nosso.

2.2 DA MATÉRIA PROPOSTA

Mutatis mutandis, transcreve-se em boa parte deste tópico o exposto na consulta nº 2/2017 exarada pelo advogado que a subscreveu e novamente vem debruçar sobre o assunto.

A Lei Orgânica Municipal ao prescrever princípios e regras atinentes ao subsídio dos vereadores (art. 67) estatui que este seja fixado por meio de uma resolução, durante o exercício da legislatura, para vigorar na subsequente, sendo imprescindível o voto da maioria dos edis. E, se acaso não estabelecerem o subsídio para a futura legislatura, receberão os vereadores que advirão o mesmo subsídio, porém atualizado monetariamente. Na íntegra o dispositivo em comento:

Art. 67. A remuneração do Vereador será fixada pela Câmara, em cada legislatura, para ter vigência na subsequente, por voto da maioria de seus membros.
(Alterado pela Emenda nº 28, de 2005).

§ 1º Na hipótese de a Câmara deixar de exercer a competência de que trata o artigo, ficarão mantidos na legislatura subsequente os valores da remuneração vigente em dezembro do último exercício da legislatura anterior,

Handwritten signature in blue ink.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG

Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br



admitida apenas à atualização deles. (Parágrafo Único transformado em § 1º pela Emenda n.º 27, de 2005).

§ 2º Os benefícios previstos neste artigo passam a abranger os cargos de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Secretários Municipais. (Acrescentado pela Emenda n.º 27, de 2005).

Destaque nosso.

Complementando-o, encontramos nos Atos das Disposições Transitórias da Lei Orgânica um procedimento para o estabelecimento da remuneração dos agentes políticos¹, dentre os quais se enquadram os vereadores, direcionando para o último ano da legislatura o momento de se fixar o seu subsídio, com base em variáveis de natureza econômico-financeira que especifica.

Art. 7º. A remuneração dos agentes políticos do Município será fixada no último ano da legislatura, até cento e vinte dias antes das eleições do Prefeito e da Câmara Municipal.

1º A remuneração dos agentes políticos será fixada em função das seguintes variáveis:

- I - Arrecadação do Município;
- II - População do Município;
- III - Desenvolvimento Municipal;
- IV - Desenvolvimento Regional;
- V - Participação Comunitária.

§ 2º A remuneração dos atuais agentes políticos será feita conforme a seguinte orientação:

I - O Prefeito e o Vice-Prefeito receberão a remuneração fixada na legislatura anterior, atualizada conforme parâmetros da política salarial em vigor.

II - Os Vereadores, com base na média percebida pelos vereadores da legislatura anterior, receberão 7.6 (sete inteiros e seis décimos salários mínimos), corrigidos mensalmente conforme a política salarial em vigor.

¹ "Agentes políticos são os titulares de cargos estruturais à organização política do País, ou seja, ocupantes dos que integram o arcabouço constitucional do Estado, o esquema fundamental do Poder. Daí que se constituem nos formadores da vontade superior do Estado. São agentes políticos apenas o presidente da República, os Governadores, Prefeitos e respectivos vices, os auxiliares imediatos dos Chefes do Executivo, isto é, Ministros e Secretários das diversas Pastas, bem como os Senadores, Deputados federais e estaduais e Vereadores". MELO, Celso Antônio Bandeira de; "Curso de Direito Administrativo". São Paulo: Ed. Malheiros Editores, 17ª Edição, p. 230. Destacamos.

BCI



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG
Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br



A Constituição do Estado de Minas Gerais e a Constituição da República Federativa do Brasil também tutelaram o modo de se efetivar a remuneração dos vereadores, nos seguintes termos:

Constituição do Estado de Minas Gerais

Art. 179 – **A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e do Vereador será fixada, em cada legislatura, para a subsequente, pela Câmara Municipal.**

Parágrafo único – Na hipótese de a Câmara Municipal deixar de exercer a competência de que trata este artigo, ficarão mantidos, na legislatura subsequente, os critérios de remuneração vigentes em dezembro do último exercício da legislatura anterior, admitida apenas a atualização dos valores.

Constituição da República do Brasil

Art. 29. **O Município reger-se-á por lei orgânica, votada em dois turnos, com o interstício mínimo de dez dias, e aprovada por dois terços dos membros da Câmara Municipal, que a promulgará, atendidos os princípios estabelecidos nesta Constituição, na Constituição do respectivo Estado e os seguintes preceitos:**

(...)

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, observado o que dispõe esta Constituição, observados os critérios estabelecidos na respectiva Lei Orgânica e os seguintes limites máximos:

a) em Municípios de até dez mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a vinte por cento do subsídio dos Deputados Estaduais

b) em Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

PCP



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG
Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br



c) em Municípios de cinquenta mil e um a cem mil habitantes², o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a quarenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

d) em Municípios de cem mil e um a trezentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a cinquenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;

f) em Municípios de mais de quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a setenta e cinco por cento do subsídio dos Deputados Estaduais.

VII - o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de cinco por cento da receita do Município;

Art. 29-A. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior:

I - 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes;

II - 6% (seis por cento) para Municípios com população entre 100.000 (cem mil) e 300.000 (trezentos mil) habitantes;

III - 5% (cinco por cento) para Municípios com população entre 300.001 (trezentos mil e um) e 500.000 (quinhentos mil) habitantes;

IV - 4,5% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população entre 500.001 (quinhentos mil e um) e 3.000.000 (três milhões) de habitantes;

² De acordo com a estimativa do IBGE, em agosto de 2019 o município tinha **50 605 habitantes**.
<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/bom-despacho/panorama>

Handwritten signature



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG

Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br



V - 4% (quatro por cento) para Municípios com população entre 3.000.001 (três milhões e um) e 8.000.000 (oito milhões) de habitantes;

VI - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) para Municípios com população acima de 8.000.001 (oito milhões e um) habitantes.

§ 1º A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

(...)

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

X - a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, **assegurada revisão geral anual**, sempre na mesma data e sem distinção de índices;

XI - **a remuneração e o subsídio** dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, **dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos** e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, **não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito**, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável

[Handwritten signature]



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG
Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br



este limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos;

Destaques nossos

Por sua vez, o Regimento Interno da Câmara Municipal, enquanto regulamento que não se submete aos procedimentos característicos de uma lei, ou seja, não está sujeito à sanção do Prefeito, ao tratar da remuneração dos Edis não poderia criar, modificar ou suprimir direitos e obrigações constantes da Constituição ou das leis, em especial da Lei Orgânica do Município.

Na sua função de reger o trabalho dos Vereadores o Regimento Interno (art. 213) decretou na Subseção I da Seção VI, que trata de matérias de natureza periódicas, certo rito para a apresentação de projeto que visa a fixação de subsídio dos vereadores, incumbindo à Mesa da Câmara, antes do pleito eleitoral, fixar o subsídio para a futura legislatura.

Art. 213. A Mesa da Câmara elaborará, antes do pleito eleitoral, projeto de lei destinado a fixar o subsídio dos Vereadores para vigorar na Legislatura seguinte.

Parágrafo único - Não apresentado o projeto até o prazo definido neste artigo o valor do subsídio para a Legislatura seguinte será o que se encontrar em vigor.

Destaque nosso.

Ademais, sobre o estabelecimento do subsídio regulamentou o Regimento Interno da Câmara dos Vereadores (art. 34) a mesma periodicidade da Lei Orgânica e Constituições do Estado de Minas e da União Federal, senão vejamos:

Art. 34. O subsídio dos Vereadores será fixado por Resolução pela Câmara, em cada Legislatura, para ter vigência na subsequente, por voto da maioria de seus membros, observando todas as normas legais.

§ 1º - Na hipótese de a Câmara deixar de exercer a competência de que trata este artigo aplicar-se-ão os procedimentos preconizados pelo art. 179 da Constituição Estadual.

§ 2º - O pagamento do subsídio corresponderá ao comparecimento efetivo do Vereador às reuniões.



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG
Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br



§ 3º - A alteração do valor do subsídio dos Vereadores, dentro da Legislatura, será procedida para a recomposição da perda do valor aquisitivo da moeda.

(...)

Destaques nossos.

Enquanto fontes primárias do Direito servirão os dispositivos legais supracitados, sem prejuízo das considerações atinentes a despesa com pessoal previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal³, para subsidiar o presente parecer.

Antes de adentrar no mérito especificamente há de se colocar em evidência dois pontos pacíficos: o primeiro de que remuneração e subsídio, em que pese serem diferentes quanto a sua amplitude, aqui estão em pé de igualdade conceitual; segundo, que o instrumento para regulamentar tal matéria pode ser tanto a resolução quanto a lei, desde que tenham em qualquer destas hipóteses atingido seus fins⁴; salvo melhor juízo.

A Constituição do Estado de Minas Gerais, a Constituição da República Federativa do Brasil, assim como a Lei Orgânica Municipal e o Regimento Interno desta Casa Legislativa evidenciam, ao tutelar a remuneração dos vereadores, que deve-se “atender ao **princípio da anterioridade**, posto que de elementar natureza ética. No plano de princípios constitucionais de regência, a determinação moralizadora de se fixar remunerações na legislatura antecedente significa que a mesma deve ser fixada antes do pleito eleitoral”⁵.

Nesta linha de pensamento o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais até já editou súmula, também remetendo a fixação de subsídios dos vereadores tão somente para se efetivar em futura legislatura, senão vejamos:

SÚMULA 63 O subsídio dos Vereadores, incluído o dos membros da mesa diretora, será fixado pelas respectivas Câmaras Municipais em cada legislatura para a subsequente, em parcela única, vedado o acréscimo de

³ A respeito ver artigos 18 a 20 - Lei Complementar 101/2000.

⁴ “(...) A fixação dos subsídios dos agentes políticos do Poder Legislativo municipal pode ser realizada por meio de resolução ou lei específica, em uma legislatura para a subsequente, desde que o ato seja perfeito. (...) a Constituição da República não fixou, expressamente, qual o veículo normativo necessário à fixação dos subsídios dos membros do Poder Legislativo municipal, sustento que a Câmara Municipal pode fixá-los mediante resolução, nada obstando, entretanto, a adoção de processo legislativo mais complexo, voltado à elaboração de leis em sentido estrito. (Consulta n. 833223. Rel. Cons. Sebastião Helvecio. Sessão do dia 03/11/2010).

⁵ <http://revista.tce.mg.gov.br/Content/Upload/Materia/1170.pdf>



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG
Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br



qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.

Daí pode-se concluir que a regra principal quanto à definição de subsídio eleva valores éticos e morais, de modo que o atual vereador não venha estabelecer vantagens remuneratórias para si. No máximo lhe é permitido corrigir monetariamente, uma vez por ano, o subsídio que fora aprovado pelos vereadores da legislatura que o precederam (art. 37, X CF/88).

Portanto, é recomendável que sejam seguidos os prazos estabelecidos e a fórmula de apuração, mediante levantamento de variantes socioeconômicas micro e macroeconômicas, consoante prescreve a Lei Orgânica Municipal no art. 7º dos Atos das Disposições Transitórias, o Regimento Interno no art. 213, bem como o previsto na Constituição Estadual, em seu art. 179 e na Constituição Federal, por sua vez, art. 29, inciso VI.

Em um segundo nível de análise, do ponto de vista do **princípio da reserva legal e da submissão da Administração Pública ao Direito, elevados a cláusulas garantidoras de um Estado Democrático de Direito no art. 5º II e 37 da Carta Magna**, torna-se necessário refletir sobre a norma emanada do Estado para regular a fixação dos subsídios dos vereadores estatui em diversas fontes critérios e condições para a sua modificação, sendo claro e talvez taxativo no que se refere à redução nas seguintes hipóteses:

- a) Art. 29, inciso VI, alínea b, da Constituição Federal: nos Municípios de dez mil e um a cinquenta mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a **trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais**;
- b) Art. 29, inciso VII, da Constituição Federal: o total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de **cinco por cento da receita do Município**;
- c) Art. 29-A, caput, inciso I da Constituição Federal: o total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, não poderá ultrapassar os seguintes **percentuais, relativos ao somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior: 7% (sete por cento) para Municípios com população de até 100.000 (cem mil) habitantes**;
- d) Art. 29-A, §1º, da Constituição Federal: a Câmara Municipal **não gastará mais de setenta por cento de sua receita com**

NG



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO - MG

Rua Marechal Floriano Peixoto, Nº 40 - Centro - CEP: 35.600-000 - Bom Despacho - MG

Tel. (37)3521 2280 - E-mail: procuradoria@camarabd.mg.gov.br



folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores;

e) Art. 37, inciso XI, da Constituição Federal: a remuneração e o subsídio dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, **não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, nos Municípios, o subsídio do Prefeito.**

3 - CONCLUSÃO

Diante do exposto, opina-se pela legalidade e constitucionalidade da propositura, todavia, recomendando-se que sejam seguidos os prazos estabelecidos e levantadas as variantes micro e macroeconômicas, de modo a se operar um valor apropriado ao representante do Poder Legislativo na sociedade bomdespachense.

Nada mais a verificar, remeto o parecer para apreciação e utilização das Comissões, consoante art. 109 do Regimento Interno.

É o parecer.

Bom Despacho, 14 de agosto de 2019.

ALYSSON ELIAS MACEDO
OABMG 111555
ASSESSORIA JURÍDICA DA CÂMARA MUNICIPAL



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO



RESOLUÇÃO DE nº 682/2012

“Fixa os subsídios dos Vereadores para a Legislatura de 2013 a 2016”

A Câmara Municipal de Bom Despacho/MG, aprovou e eu, Presidente, usando das atribuições que me confere o inciso VI, art. 22, do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no inciso VI, art. 22, do Regimento Interno, e tendo em vista o disposto no inciso VI, art. 69, da Lei Orgânica Municipal, promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Ficam fixados em R\$5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais) os subsídios dos Vereadores para a Legislatura de 2013 a 2016.

Art. 2º O subsídio mensal do Presidente da Câmara Municipal, na Legislatura de 2013 a 2016, será de R\$ 11.200,00 (onze mil e duzentos reais)

Art. 3º É assegurada revisão anual dos subsídios de que tratam os artigos anteriores, com base na variação média apurada pela inflação medida pelos índices INPC, a partir de 1º de janeiro de 2013.

Art. 4º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO/MG, AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E DOZE. (30.05.2012)

PRESIDENTE,

MARCELO MARILÚCIO DOS SANTOS

CÂMARA MUNICIPAL DE BOM DESPACHO ESTADO DE MINAS GERAIS	
Publicação Nº	682/2012
Certifico para fins de comprovação que este(a) _____ Foi publicado no quadro de publicações da Câmara no período _____ A _____ O referido é verdade e dou fé.	
Bom Despacho	30.05.2012
Ass. Servidor	MP
RG/Matrícula	